

**Licenciamento de uma entidade responsável pela organização e manutenção de
registo de produtores de pilhas e acumuladores, nos termos do artigo 24.º do**

Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro

ANREEE – Associação Nacional para o Registo de Equipamento Eléctrico e Electrónico

Considerando o Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, com a redacção dada pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2009, de 6 de Março de 2009 e pelo Decreto-Lei n.º 266/2009, de 29 de Setembro, que estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos;

Considerando o pedido de licença apresentado, em Fevereiro de 2009, pela ANREEE – Associação Nacional para o Registo de Equipamento Eléctrico e Electrónico para assegurar a organização e manutenção de um registo de produtores de pilhas e acumuladores, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 24º do referido diploma;

Considerando a alteração efectuada pela ANREEE dos seus estatutos constitutivos, de forma a abranger no seu objecto o registo de produtores de pilhas e acumuladores;

Considerando o previsto na Decisão da Comissão 2009/603/CE, de 5 de Agosto, que estabelece requisitos para o registo dos produtores de pilhas e acumuladores, expressando a necessidade de que as despesas com o registo aplicável aos produtores de pilhas e acumuladores, sejam baseadas nos custos e proporcionadas;

Considerando as potenciais sinergias existentes entre os procedimentos exigíveis ao registo de produtores, nos fluxos de pilhas e acumuladores e de equipamentos eléctricos e electrónicos, com a consequente diminuição de encargos administrativos para estes operadores económicos;

Considerando o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente;

O Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente concede à ANREEE – Associação Nacional para o Registo de Equipamento Eléctrico e Electrónico, nos termos e para os efeitos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, uma licença para assegurar o registo de produtores de pilhas e acumuladores, que se rege pelas disposições do referido decreto-lei e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

A ANREEE – Associação Nacional para o Registo de Equipamento Eléctrico e Electrónico, a seguir designada por *titular*, é licenciada, de acordo com as cláusulas constantes da presente licença, para organizar e assegurar a manutenção do registo de produtores de pilhas e acumuladores conforme previsto nos artigos 23.º, 24.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

CLÁUSULA 2.ª

O âmbito da actividade de registo a que se refere a presente licença, aplica-se aos produtores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro na sua redacção actual, que coloquem no mercado nacional, pilhas e acumuladores, incluindo os incorporados em aparelhos ou veículos automóveis, e independentemente da técnica de venda utilizada, incluindo a venda por comunicação à distância.

CLÁUSULA 3.ª

- 1 — A licença é concedida até 31 de Dezembro de 2015.
- 2 — A licença pode ser prorrogada por períodos não superiores a cinco anos mediante requerimento da titular a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente com uma antecedência mínima de seis meses sobre o termo do seu prazo de validade.
- 3- A presente licença será objecto de uma avaliação intercalar do balanço da actividade e dos resultados obtidos pela titular, a realizar pela Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de Dezembro de 2012, podendo determinar a adopção de medidas correctivas.

4 — Quaisquer violações por parte da titular às disposições legais e regulamentares que regem a sua actividade bem como às cláusulas da presente licença, podem determinar a suspensão administrativa da sua eficácia ou a revogação, através de despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente.

5 — Em qualquer dos casos referidos no número anterior, a titular terá que providenciar o *backup* e a transferência da totalidade dos processos de registo de produtores de pilhas e acumuladores existentes à data da suspensão ou revogação referidas.

CLÁUSULA 4.ª

1 — A titular obriga-se a assegurar, organizar e manter o registo obrigatório e periódico de produtores, de acordo com os requisitos comunitários fixados na Decisão n.º 2009/603/CE, de 5 de Agosto e executar todas as actividades conexas ao registo, designadamente, classificação de pilhas e acumuladores, a verificação das respectivas quantidades e a prestação de informação à Agência Portuguesa do Ambiente e ao público.

2 — Para além das obrigações descritas no número anterior, a titular deve recolher a informação prevista no n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

3 - Independentemente da plataforma aplicacional adoptada, e da arquitectura geral do sistema, a titular obriga-se a assegurar que o formato de registo *on-line* permita aos produtores de pilhas e acumuladores, que se encontrem ou não sedeados em território nacional, apresentar as informações requeridas nos números anteriores.

4 — O processo declarativo do sistema de registo deve respeitar regras de simplicidade, acessibilidade e ambiente amigável para o utilizador, devendo haver sempre disponível *on line* um manual de utilização actualizado, bem como um serviço de *helpdesk*.

CLÁUSULA 5.ª

1 - Os valores a suportar pelos produtores de pilhas e acumuladores associados ao procedimento de registo, são os que constam no ponto 7 do anexo que constitui parte integrante da presente licença.

2 - Os valores definidos no número anterior podem ser revistos, mediante proposta a apresentar pela *titular* à Agência Portuguesa do Ambiente, até 30 de Setembro do ano anterior àquele a que diz respeito.

3 - Se até à data estabelecida no número anterior, a *titular* não tiver apresentado qualquer proposta de revisão das taxas associadas ao procedimento de registo, assume-se que estas se mantêm inalteradas.

4 - Os novos valores a suportar pelos produtores de pilhas e acumuladores pelo procedimento de registo são fixados por Despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de apresentação da proposta de alteração, e produzindo efeitos a 1 de Janeiro de cada ano.

5 - No caso de a Agência Portuguesa do Ambiente não se pronunciar no prazo referido no número anterior, considera-se a proposta dos valores apresentados pela *titular* tacitamente aceites.

6 - Sem prejuízo da alteração anual ordinária a que se referem os números anteriores, as taxas associadas ao procedimento registo podem ser objecto de actualização intercalar extraordinária, mediante proposta da *titular* ou iniciativa do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente.

7 - No caso referido no número anterior, os novos valores serão fixados de acordo com o procedimento referido nos nºs 4 e 5 e produzindo efeitos no dia 1 do mês seguinte ao da sua aprovação.

CLÁUSULA 6.ª

1 — No prazo máximo de um mês a partir da data de produção de efeitos da presente licença, a titular deve proceder às necessárias adaptações na actual plataforma informática SIRPEEE — Sistema Integrado de Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, de forma a introduzir os procedimentos de registo e declaração anual de produtores de pilhas e acumuladores, tendo em conta os princípios enunciados na Cláusula 4.ª.

2 — A entrada em funcionamento da nova aplicação deve ser comunicada à Agência Portuguesa do Ambiente, nos cinco dias seguintes ao final do prazo referido no número anterior.

3 — Qualquer alteração ao modelo do sistema de registo cumprirá a legislação em vigor e será obrigatoriamente comunicada ao Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, com uma antecedência mínima de 30 dias antes da pretensa data de entrada em vigor e devidamente fundamentada.

CLÁUSULA 7.ª

- 1 - Impende sobre a *titular* o dever de manter informada a Agência Portuguesa do Ambiente sobre o não cumprimento, por parte de produtores de pilhas e acumuladores, da obrigação de registo inicial ou de prestação de informação periódica, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.
- 2 - Em casos devidamente fundamentados, a *titular* pode proceder à implementação de procedimentos de cancelamento de produtores registados por via de incumprimento de obrigações referidas no número anterior, mediante proposta apresentada à Agência Portuguesa do Ambiente.
- 3- A aprovação referida no número anterior, segue os trâmites previstos nos números 4 a 6 da Cláusula 5.ª.

CLÁUSULA 8.ª

- 1 — A Agência Portuguesa do Ambiente é responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução, pela *titular*, das actividades inerentes à presente licença, sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas a outras entidades.
- 2 — No exercício da função de acompanhamento referida no número anterior, o Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente pode emitir orientações relativas ao cumprimento das obrigações a que se encontra adstrita a *titular*.

CLÁUSULA 9.ª

- 1 — Para além das obrigações específicas de informação estabelecidas no anexo ao presente despacho, a *titular* fica obrigada a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de Março do ano imediato aquele a que se reporta, um relatório anual de actividades, evidenciando as acções executadas e respectivos resultados, como decorre da alínea b) do número 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a *titular* deve proceder ao envio semestral das acções executadas e dos respectivos resultados, bem como das quotas de mercado atingidas pelos produtores e pelas entidades gestoras, até 60 dias após o término do semestre a que se reportam.

3 — Complementarmente, a *titular* deve prestar à Agência Portuguesa do Ambiente e demais entidades competentes na razão da matéria toda a informação intercalar que lhe for solicitada, comunicando igualmente, independentemente de solicitação, a ocorrência de factos relevantes para o exercício da sua actividade.

4 - A *titular*, no âmbito das funções de organização e manutenção do sistema de registo de produtores, deve assegurar condições de articulação com as entidades responsáveis por sistemas, licenciadas para a gestão de resíduos de pilhas e acumuladores.

CLÁUSULA 10.ª

A *titular* é responsável pela integridade, segurança e manutenção das informações recolhidas no registo de produtores de pilhas e acumuladores, devendo adoptar as medidas necessárias ao normal e seguro funcionamento do sistema de registo, nomeadamente, o recurso a práticas que garantam:

- a) A confidencialidade e integridade da informação constante do sistema informático;
- b) A adequada gestão e conservação dos dados lançados no sistema informático;
- c) A adopção de medidas impeditivas do acesso ao sistema por quem não possua autorização e habilitação adequadas;
- d) A adopção de medidas de protecção contra práticas de pirataria informática.

CLÁUSULA 11.ª

As cláusulas da presente licença podem ser objecto de alteração mediante proposta devidamente fundamentada da *titular* ou por iniciativa do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, sempre que se verifiquem alterações das circunstâncias que estiveram subjacentes à concessão.

CLÁUSULA 12.ª

A presente licença produz efeitos a partir de data de assinatura.

Alfragide, 17 de Dezembro de 2009

O Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente

(António Gonçalves Henriques)



Luisa Pinheiro
Sub-Directora-Geral

ANEXO

CONDIÇÕES ESPECIAIS DA LICENÇA CONCEDIDA À ANREEE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA O REGISTO DE EQUIPAMENTO ELÉTRICO E ELECTRÓNICO

INTRODUÇÃO

O presente anexo faz parte integrante da licença concedida à ANREEE – Associação Nacional para o Registo de Equipamento Eléctrico e Electrónico para assegurar o registo de produtores de pilhas e acumuladores, e engloba as seguintes matérias:

- A - Identificação dos produtores abrangidos;
- B - Condições de articulação da actividade da titular com os outros intervenientes;
- C - Responsabilidades e dever de sigilo;
- D – Modelo económico-financeiro;
- E - Acompanhamento da actividade.

A - IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTORES ABRANGIDOS

1 — O sistema de registo licenciado pelo presente despacho, da responsabilidade da *titular*, é aplicável aos produtores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro na sua redacção actual, que coloquem no mercado nacional, pilhas e acumuladores, incluindo os incorporados em aparelhos ou veículos automóveis, e independentemente da técnica de venda utilizada, incluindo a venda por comunicação à distância.

B - CONDIÇÕES DE ARTICULAÇÃO DA ACTIVIDADE DA TITULAR COM OS OUTROS INTERVENIENTES

2 — A *titular* deve desenvolver a actividade licenciada pelo presente despacho em coordenação com a Agência Portuguesa do Ambiente e com as restantes entidades públicas competentes, prestando toda a colaboração que lhe for requerida.

3 — No âmbito da sua actividade, a *titular* deve desenvolver as necessárias diligências de cooperação com sistemas europeus congéneres de registo de produtores de pilhas e acumuladores, de forma a incrementar a eficiência global das operações de registo.

4 — A *titular* deve promover a necessária articulação com outras entidades de registo de produtores de pilhas e acumuladores, nomeadamente no que se refere à atribuição do número nacional de registo de produtor.

5 — A *titular* deve disponibilizar em acesso livre, no seu sítio na Internet, toda a informação recolhida no acto de registo, desde que não contenha dados pessoais e não constitua segredo industrial ou comercial, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

C - RESPONSABILIDADES E DEVER DE SIGILO

6 — A *titular* é responsável pela integridade, segurança e manutenção das informações recolhidas no sistema de registo de produtores de pilhas e acumuladores, devendo adoptar as medidas necessárias ao normal e seguro funcionamento do mesmo, conforme disposto na Cláusula 10ª.

7 — A *titular*, bem como o pessoal a ela afecto, estão obrigados a guardar sigilo sobre os dados de que têm conhecimento, por virtude do exercício das respectivas funções.



D – MODELO ECONÓMICO-FINANCEIRO

8 – TAXAS ASSOCIADAS AO PROCEDIMENTO DE REGISTO

O financiamento da *titular* resulta dos valores a suportar pelos produtores estabelecidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Taxas associadas ao procedimento de registo

Natureza da taxa	Tipo de produtor	Valor
Taxa de inscrição no registo	Produtores de pilhas e acumuladores já registados como produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos	Não aplicável
	Produtores de pilhas e acumuladores não registados como produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos	40€

9 – OUTRAS TAXAS

9.1 – Para além das taxas associadas ao procedimento de registo, e na eventualidade do sistema de registo apresentar ou evidenciar desequilíbrios financeiros inoportáveis, a *titular* pode propor a aplicação de uma taxa anual a cobrar aos produtores de pilhas e acumuladores registados, associada ao procedimento de declaração periódico.

9.2 – No caso referido no número anterior, a *titular* deve apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente uma proposta devidamente fundamentada, cuja aprovação segue os trâmites previstos na Cláusula 5.ª.

9.3 – A taxa aplicável a prestações de serviços efectuadas pela *titular*, no âmbito do sistema de registo de pilhas e acumuladores autorizado pelo presente despacho, e cuja natureza não contrarie os princípios de ética e confidencialidade a que a *titular* se encontra adstrita, é fixada em 30€/hora.

E - ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE

10 – FISCALIZAÇÃO PÚBLICA GENÉRICA

10.1 – O relatório anual de actividades a apresentar pela titular até 31 de Março do ano imediato aquele a que se reporta deve incluir, pelo menos, informação detalhada sobre:

- a) Relatório financeiro que inclua, pelo menos, resultados contabilísticos (demonstração de resultados); descrição da aplicação dos resultados contabilísticos; descrição dos custos de funcionamento (pessoal, instalações, informáticos - *hardware* e *software*, gestão corrente, e/ou contratação de serviços externos); custos de disponibilização pública da informação; receitas - montantes relativos ao procedimento de registo de produtores, montantes relativos ao procedimento de declaração periódico (caso seja aplicável) e outras prestações de serviços.
- b) Descrição pormenorizada dos resultados da actividade e de eventuais alterações no sistema de registo.
- c) Lista dos produtores registados com indicação do número nacional de registo atribuído e respectivo número de identificação fiscal.
- d) Articulação com as entidades gestoras de resíduos de pilhas e acumuladores.
- e) Propostas de melhoria.

11 — OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DE INFORMAÇÃO

11.1 - A titular fica ainda obrigada a apresentar, até 31 de Março de cada ano, as informações estatísticas discriminadas no número 1 da Cláusula 4.ª, nomeadamente:

- a) Tipo de pilhas e acumuladores colocados no mercado anualmente, no mínimo, conforme o estipulado no n.º 3 do anexo da Decisão n.º 2009/603/CE, de 5 de Agosto.
- b) Quantidade de pilhas e acumuladores colocados no mercado anualmente, em número e em peso.
- c) Sistemas de gestão a que aderiram os produtores registados, em relação a cada tipo de pilha e acumulador.

11.2 - As primeiras informações devem abranger o ano de 2009 e contemplar uma descrição da metodologia de controlo das quantidades de pilhas e acumuladores colocados e vendidos no mercado, em território nacional, detalhando o modo de compilação da informação e as estimativas adoptadas.

11.3 - Para o cálculo das vendas anuais de pilhas e acumuladores portáteis aos utilizadores deve ser tido em consideração o disposto na Decisão n.º 2008/763/CE, de 29 de Setembro, designadamente:

- O cálculo das vendas anuais de pilhas e acumuladores portáteis num dado ano, será expresso em peso das pilhas e acumuladores portáteis colocados no território nacional

no ano em causa, excluindo as pilhas e os acumuladores portáteis que tenham saído do território nacional nesse ano, antes da sua venda aos utilizadores finais;

- A colocação de cada pilha no mercado será contabilizada uma vez;
- O cálculo será baseado nos dados recolhidos ou em estimativas estatisticamente significativas baseadas nos dados recolhidos.

18